



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ



CONTRATO Nº 019/2014 (PMRC)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2014 (PMRC)

CONCESSÃO À PESSOA JURÍDICA, HABILITADA PARA TRANSPORTE COLETIVO, NA ÁREA DE TRANSPORTE ESCOLAR, DESTINADOS À ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ, PARA PRESTAR SERVIÇOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER, CONFORME PERCURSOS, QUILOMETRAGENS E VALORES MÁXIMOS CONTIDOS NO PROJETO BÁSICO DO TRANSPORTE ESCOLAR, BEM COMO NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELA LEI MUNICIPAL Nº 143/99 E PELO REGULAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR, COMPREENDENDO 200 DIAS LETIVOS DO ANO DE 2014

O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.449.579/0001-73, com sede à Rua Cel. Emílio Gomes, nº 731, nesta Cidade de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. **GERALDO MAURÍCIO ARAÚJO**, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº M-1.038.666-MG e inscrito no CPF/MF nº 089.954.609-97, e pela Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, a Professora **CLEUZA MOLINI ORMENEZE**, servidora pública municipal, portadora da Carteira de Identidade RG nº 4.032.254-8/SSP-PR e inscrita no CPF/MF nº 515.320.009-44, ambos brasileiros, casados, residentes nesta cidade de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, de ora em diante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **CELMA RODRIGUES & CIA LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 11.427.335/0001-07, com sede no Sítio Nossa Senhora, s/n, Bairro Três Corações, Ribeirão Claro, Estado do Paraná, neste ato representada pela Sra. **CELMA RODRIGUES**, brasileira, solteira, empresária, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.576.192-5, SSP/PR e inscrito no CPF/MF nº 051.224.519-31, residente e domiciliado na Rua José Bernardo de Faria Néia, nº 530, Centro, Ribeirão Claro, Estado do Paraná, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, pela Lei Municipal nº 255, de 19 de Abril de 2006, pelo Decreto Municipal nº 356, 23 de Agosto de 2007, aplicando-se subsidiariamente do que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, assim como pelas condições do Pregão Presencial nº 002/2014 (PMRC), homologado em 10 de Fevereiro de 2014, pelos termos da proposta da CONTRATADA, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, deveres, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira - O OBJETO

Constitui o objeto deste Contrato a **concessão à pessoa jurídica, habilitada para transporte coletivo, na área de transporte escolar, destinados à zona rural do município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, para prestar serviços à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, conforme percursos, quilometragens e valores máximos contidos no Projeto Básico do Transporte Escolar, bem como nas condições estabelecidas pela Lei Municipal nº 143/99 e pelo Regulamento do Transporte Escolar, compreendendo 200 dias letivos do ano de 2014**, assim descrito:

Item	Discriminação do serviço	Apres	Quant	Vir uni (R\$)	Vir total (R\$)
2	TRECHO: TRÊS CORAÇÕES / SANTA CLARA / ENTRE LAGOS / ILHA PLATINENSE / MARIAZINHA / TRÊS CORAÇÕES - TRÊS CORAÇÕES / SANTA HELENA / PEDRO CARNEIRO / PEDRO MARECA / TRÊS CORAÇÕES - TRÊS CORAÇÕES / ÁGUA DA MULA / JARBAS / ÁGUA DA MULA / PEDRO MARECA / ILHA PLATINENSE / TRÊS CORAÇÕES PERÍODO: TARDE / NOITE VEÍCULO: KOMBI / VAN DISTÂNCIA: 170,3 KM	Km	33.889,70	0,67	22.706,09
VALOR TOTAL					22.706,09



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ



Cláusula Segunda - DO VALOR

Pelo fornecimento do objeto deste Contrato, proveniente do Pregão Presencial nº 002/2014 (PMRC), a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total estimado de **R\$ 22.706,09 (vinte e dois mil, setecentos e seis reais e nove centavos)**, pela contratação descrita no item 02, incluindo todas as despesas acessórias, seguros, manutenção dos veículos.

Cláusula Terceira - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá a vigência de 11 de Fevereiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, compreendendo 199 (cento e noventa e nove) dias letivos, momento em que se encerrará a obrigação recíproca das partes, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas no Art. 57, da Lei 8.666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

Cláusula Quarta - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato ocorrerão à conta dos recursos financeiros da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, que segue:

Org/ Uni	Classificação Orçamentária					Classificação Econômica	Despesa	Fonte Recursos	Descrição Fonte Recursos	Descrição
0401	12	361	9	2	16	339033030000	1056	000	Recursos Ordinários (Livres)	Departamento de Educação
0401	12	361	9	2	16	339033030000	1057	103	5% Sobre Transferências Constitucionais	Departamento de Educação
0401	12	361	9	2	16	339033030000	1058	107	Salário Educação	Departamento de Educação
0401	12	361	9	2	16	339033030000	1059	117	MDE/PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	Departamento de Educação
0401	12	361	9	2	16	339033030000	1060	137	Convenio SEED/Transporte Escolar - 2014	Departamento de Educação
0401	12	361	9	2	16	339033030000	1061	504	Outros Royalties e Compensações Financeiras	Departamento de Educação

Cláusula Quinta - DO PAGAMENTO

O pagamento dos quilômetros rodados será efetuado mensalmente até o 15º (décimo quinto) dia consecutivo subsequente à prestação dos serviços, devidamente atestado pela Coordenadoria dos Serviços, observando-se a ordem cronológica do protocolo do pedido, conforme Lei Federal nº 8.666/93.

- A CONTRATADA deverá apresentar, até o dia 25 de cada mês, o relatório da prestação de serviços referente ao período de 30 dias, devendo o mesmo ser previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.
- As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela CONTRATADA, ou seja, com o CNPJ idêntico ao que consta neste Contrato, não sendo admitida a emissão por filiais da mesma ou por terceiros, e se forem constatadas incorreções serão as notas fiscais devolvidas e seu vencimento ocorrerá após a reapresentação das mesmas devidamente retificadas.
- O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA ou em cheque nominal.
- A CONTRATADA deverá transcrever no corpo da Nota Fiscal o número da Agência e Conta Corrente da empresa.
- Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal a Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, o Certificado de Regularidade do FGTS e o Certificado de Regularidade Trabalhista – CNDT.

Parágrafo Primeiro: Dos valores a serem pagos, 60% (sessenta por cento) serão considerados como prestação de serviços propriamente dito (rendimento tributável), e os restantes, 40% (quarenta por cento), serão considerados como manutenção (combustíveis e peças) do veículo utilizado (rendimento não tributável para fins do Imposto de Renda).

Parágrafo Segundo: O CONTRATANTE terá o prazo de 03 (três) dias úteis para efetuar o aceite, ou sujeitar à correção os documentos de cobrança com erros ou incorreções em seu procedimento;



Parágrafo Terceiro: O CONTRATANTE não fará nenhum pagamento a CONTRATADA antes de paga ou relevada à multa que porventura lhe tenha sido aplicada.

Cláusula Sexta - DAS CONDIÇÕES E DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O objeto deste Contrato deverá ser realizado de acordo com o Projeto Básico do Transporte Escolar, obedecendo às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, contados da emissão da Autorização de Entrega/ Ordem de Serviços, expedida pelo Departamento de Compras.

Parágrafo Único: A realização dos serviços deverá ser realizada no local indicado na Autorização de Compras/ Ordem de Serviços, correndo por conta da CONTRATADA as despesas com frete, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços.

Cláusula Sétima - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O CONTRATANTE se obriga a:

- a) Efetuar o pagamento na forma convencionada na Cláusula Quinta do presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades previstas;
- b) Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- c) Notificar imediatamente a CONTRATADA sobre as faltas e defeitos observados na execução do Contrato.

Cláusula Oitava - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para execução dos serviços objeto deste Contrato, a CONTRATADA se obriga a:

- 1) Executar fielmente o objeto Contratado, conforme as especificações contidas na Lei Municipal nº 143/99 e do Regulamento do Serviço de Transporte Escolar;
- 2) Reparar, corrigir, refazer as suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes das execuções dos serviços;
- 3) Atender às determinações regulares do representante designado pela CONTRATANTE e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, bem como às de autoridade superior;
- 4) Aceitar a ampliação ou redução do objeto contratado, nos limites estabelecidos no Art. 65 e seus parágrafos e incisos da Lei nº 8.666/93;
- 5) Sujeitar-se à prorrogação de prazo do Contrato, nos termos do artigo 57, inciso II, também da Lei supracitada, caso haja interesse da Administração;
- 6) Responder pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato, devendo a CONTRATANTE, através do órgão competente, notificar a CONTRATADA para reparar o dano causado no prazo que fixar;
- 7) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do presente Contrato, tais como: salários; seguros de acidentes; taxas, impostos e contribuições; indenizações; encargos trabalhistas; encargos previdenciários; encargos fiscais; encargos comerciais e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
- 8) Arcar com todas as despesas decorrentes dos serviços a serem executados, correndo por sua conta e risco a utilização de ferramentas, equipamentos, transportes, instrumentos e materiais necessários à execução dos serviços;
- 9) Utilizar exclusivamente pessoal habilitado à prestação dos serviços Contratados, sendo admitida a substituição por outro profissional de aptidão equivalente ou superior, desde que previamente aprovado pela CONTRATANTE;
- 10) Fazer apresentação mensal das Guias de Recolhimento de INSS FGTS e o Certificado de Regularidade Trabalhista – CNDT;
- 11) Possuir seguro de responsabilidade civil obrigatório de transporte rodoviário;
- 12) Assumir integralmente qualquer tipo de indenização contra terceiros, proveniente da execução do serviço ora contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ



- 13) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- 14) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por si ou por seus empregados, seja qual for, ainda que no recinto da CONTRATANTE;
- 15) Executar o serviço de modo satisfatório e de acordo com o Regulamento do Transporte Escolar – Lei Municipal nº 143/99 - Anexo II;
- 16) Cumprir os horários e itinerários fixados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer;
- 17) Responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo;
- 18) Cumprir as Leis, Portarias e Resoluções do Município;
- 19) Submeter os veículos trimestralmente às vistorias técnicas determinadas pelo Município;
- 20) Manter os veículos sempre limpos e em condições de segurança;
- 21) Arcar com as despesas referentes aos serviços objeto da presente licitação, inclusive os Tributos Municipais, Estaduais e Federais incidentes sobre os serviços prestados;
- 22) Manter, durante todo o prazo de vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação compatíveis com a obrigação assumida;
- 23) Adequar os veículos a serem utilizados no transporte escolar às determinações do Código Nacional de Trânsito, sobretudo à exigência de possuir, na traseira e nas laterais de sua carroçaria, em toda a sua extensão, faixa horizontal amarela, pintada a meia altura, na qual se inscreverá o Dístico “Escolar”;
- 24) Ter instalado, em cada veículo executante do transporte escolar, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira, bem como lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira, além de cintos de segurança em número igual à lotação;
- 25) Prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos alunos, conforme estabelecido no regulamento do transporte escolar, respeitando rigidamente os trechos dos itinerários e de modo a satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação, devendo, para tanto, procurar modernizar seus veículos, e mantê-los em bom estado de conservação, bem como realizar as obrigações que lhe competem;
- 26) Manter durante o período de prestação dos serviços veículo tipo ônibus/ micro ônibus com 20 (vinte) anos ou menos, e, veículo tipo Van/ Kombi com 10 (dez) anos ou menos.
- 27) Assumir, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados ou o próprio CONTRATADO no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- 28) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas aos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 29) Assumir ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Contrato;
 - a) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a CONTRATANTE;
- 30) O motorista da CONTRATADA, responsável pelo transporte dos alunos, fica obrigado a respeitar às quatro horas dos professores em sala de aula;
- 31) Realizar os serviços de transporte de acordo com as determinações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, tendo dentre outras obrigações transportar somente: alunos de todas as modalidades de ensino, professores e funcionários públicos municipais vinculados à educação municipal.
- 32) Apresentar documentação de todos os seus motoristas para cadastro no SIGET, sendo:
 - a) Cópia da Carteira de Identidade;



- b) Cópia do CPF/MF;
 - c) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação na Categoria mínima "D";
 - d) Cópia do Certificado para Condução de Veículo de Transporte Escolar;
 - e) Declaração que conhece o Regulamento do Transporte Escolar;
 - f) Atestado de Antecedentes Criminais em nome dos condutores dos veículos, emitido pelo Instituto de Identificação da Sede da Empresa, ou do Estado emissor da Carteira de Identidade do condutor.
- 33) Entregar os alunos nas escolas no máximo em 40 minutos e no mínimo em 10 minutos antes do horário de início das aulas;
- 34) Efetuar a entrega dos alunos em quaisquer Escolas da Rede Pública de Ensino que se fizer necessário, de acordo com a orientação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer;
- 35) Solicitar inspeção e autorização prévia toda vez que necessitar efetuar a substituição do veículo que realiza o transporte;
- 36) Possuir Seguro de Responsabilidade Civil de Transporte Coletivo, com cobertura de acidentes pessoais completa aos ocupantes do veículo, com cobertura mínima de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para Morte Acidental por Passageiro; R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para Invalidez Total ou Parcial Permanente por Acidente por Passageiro, e, R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para Despesa Médico-Hospitalar por Passageiro;
- 37) É terminantemente proibida a troca, venda ou cessão do item (linha) descrito no objeto deste Contrato, acarretando na rescisão do mesmo e na aplicação das sanções administrativas;

Cláusula Nona - DA RESCISÃO UNILATERAL

A CONTRATADA reconhece os direitos de rescisão unilateral deste ajuste por parte da CONTRATANTE nos termos dispostos no artigo 79, inciso I e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, inclusa a Lei nº 9.648/98.

Cláusula Décima - DOS ENCARGOS

Todos os encargos decorrentes da execução do presente Contrato sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, civis, criminais e outras, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

Cláusula Décima Primeira - DO REAJUSTE DE PREÇOS

Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93, poderá ser concedido, transcorrido no mínimo 30 (trinta) dias letivos do prazo de vigência do contrato, reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pelo contratado, desde que documental e suficientemente comprovado o desequilíbrio contratual.

Parágrafo Primeiro: Toda vez que houver elevação oficial no preço dos combustíveis o valor do quilômetro rodado sofrerá oscilação do preço em 50% (cinquenta por cento) do reajuste ou redução aplicada ao valor do combustível pago pelo quilômetro rodado.

Parágrafo Segundo: As quilometragens constantes desta licitação poderão sofrer alterações para mais ou para menos no decorrer do período de contratação, em virtude de mudanças de alunos nas proximidades de cada percurso, devendo nestes casos ser feitos aditivos de acréscimo ou redução ao contrato de acordo com o especificado no Art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula Décima Segunda - DA GARANTIA CONTRATUAL

Como garantia de execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos deste Contrato, a CONTRATANTE terá a garantia de executar a CONTRATADA no caso de rescisão determinada por ato unilateral para ressarcimento e indenizações a ela devida, bem assim no caso de aplicação de multas após regular processo administrativo.

Cláusula Décima Terceira - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA garantida a prévia defesa:



- a) Multa - A não observância do prazo de execução dos serviços pela adjudicatária implicará multa à CONTRATADA na razão de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor global do Contrato, por dia que exceder aos prazos estipulados, bem como multas na forma da Lei e no seu mais alto valor percentual permitido, em decorrência do não cumprimento de outras cláusulas contratuais, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificado pela CONTRATADA e comprovado pelo CONTRATANTE, dentro do prazo estipulado no Contrato;
- b) As penalidades aplicadas com base na Lei Municipal nº 143/99 e no Regulamento do Serviço de Transporte Escolar, não se confundem com as prescritas em outras legislações, como também não elidem quaisquer responsabilidades de natureza civil ou criminal perante terceiros;
- c) Cabe à Administração aplicar o que estabelece o artigo 87 da Lei nº 8.666/93, ou seja, "sendo que no caso de multa, esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato";

Parágrafo Único: A importância correspondente à multa deverá ser recolhida junto à Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 48 (quarenta e oito) horas ou o valor ser descontado das faturas a serem pagas. Os motivos de força maior, caso justificado até o 8º (oitavo) dia posterior à ocorrência, poderão a critério e juízo do CONTRATANTE, relevar as multas aplicadas.

Cláusula Décima Quarta - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto no artigo 58 e nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

Parágrafo Segundo: A rescisão do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XIII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias; ou
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste Contrato desde que haja conveniência para o CONTRATANTE, ou
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Parágrafo Terceiro: A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização estrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo Quarto: Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter os créditos que aquela tem direito, até o limite do valor dos danos comprovados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

Parágrafo Quinto: Durante a vigência do Contrato, a CONTRATANTE se reserva ao direito de além de em outros casos que possam exigir, cancelar linhas quando:

- a) O número de alunos da mesma for incompatível com o veículo mencionado no Edital;
- b) Inexistir alunos na linha licitada;
- c) Diante das rotineiras dificuldades que o município encontra em receber do Governo do Estado recursos para custear as despesas com transporte escolar dos alunos de 6º a 9º ano e Ensino Médio, fica estabelecido que esta municipalidade poderá interromper a qualquer momento o transporte, caso não ocorra o repasse financeiro devido ao município, podendo desta forma ser executado somente o transporte de responsabilidade municipal, ou seja, de alunos do Ensino Fundamental I.

Cláusula Décima Quinta - DA GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e acompanhamento do presente contrato serão realizados pela Sra. Andréia Dias Barbosa, servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e exercer em toda a sua plenitude e ação fiscalizadora de que trata a Lei nº 8.666/93, bem como a Lei Municipal nº 143/99.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, ou ainda resultante de imperfeições técnicas, vício



redibitório e na ocorrência desses, não implica em co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes prepostos.

Parágrafo Segundo: A CONTRATANTE se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta da CONTRATADA.

Cláusula Décima Sexta - OS DADOS DO CONTRATO

Os dados do Contrato são decorrentes do Edital de Pregão Presencial nº 002/2014 (PMRC), o qual fica fazendo parte integral deste contrato.

Cláusula Décima Sétima - CASOS OMISSOS

Os casos omissos deste Contrato reger-se-ão pela Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, pela Lei Municipal nº 255, de 19 de Abril de 2006, pelo Decreto Municipal nº 356, de 23 de Agosto de 2007, aplicando-se subsidiariamente no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores, pelo Edital de Pregão Presencial nº 002/2014 (PMRC), pela Lei Municipal nº 143/99, pelo Regulamento do Serviço de Transporte Escolar e demais Legislações aplicáveis à espécie.

Cláusula Décima Oitava - DA PUBLICAÇÃO

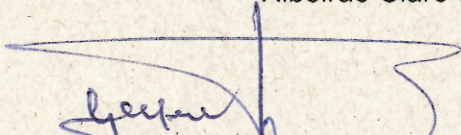
O presente instrumento será publicado em resumo, no Órgão Oficial do Município, consoante dispõe o Art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

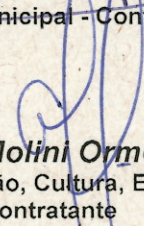
Cláusula Décima Nona - O FORO

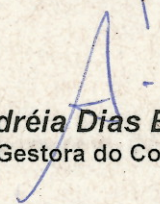
O foro do presente contrato será o da Comarca de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e pactuados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de testemunhas abaixo arroladas pela sua validade e eficácia jurídica.

Ribeirão Claro-Pr, 11 de Fevereiro de 2014.

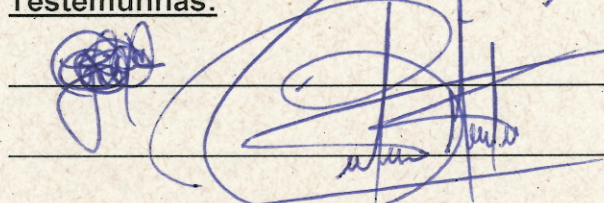

Geraldo Maurício Araújo
Prefeito Municipal - Contratante


Cleuza Molini Ormeneze
Sec Mun de Educação, Cultura, Esportes e Lazer-
Contratante



Andréia Dias Barbosa
Gestora do Contrato


Celma Rodrigues
Celma Rodrigues & Cia LTDA - ME - Contratada

Testemunhas:



Visto Departamento Jurídico


OAB/PR-556003

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2014 (PMRC)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2014 (PMRC)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PARANÁ - CNPJ/MF: 75.449.579/0001-73
CONTRATADA: CELMA RODRIGUES & CIA LTDA - ME - CNPJ/MF: 11.427.335/0001-07

OBJETO: A concessão à pessoa jurídica, habilitada para transporte coletivo, na área de transporte escolar, destinados à zona rural do município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, para prestar serviços à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, conforme percursos, quilômetros e valores máximos contidos no Projeto Básico do Transporte Escolar, bem como nas condições estabelecidas pela Lei Municipal nº 143/99 e pelo Regulamento do Transporte Escolar, compreendendo 199 dias letivos do ano de 2014.

VALOR: R\$ 22.706,09 (vinte e dois mil, setecentos e seis reais e nove centavos).

PAGAMENTO: Até o 15º (décimo quinto) dia útil subsequente à prestação dos serviços, devidamente atestado pela Coordenadoria dos Serviços, observando-se a ordem cronológica do protocolo do pedido.

VIGÊNCIA: 11 de Fevereiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.
ASSINATURA: 11 de Fevereiro de 2014.
FORO: Ribeirão Claro, Estado do Paraná.
Ribeirão Claro, 11 de Fevereiro de 2014.

GERALDO MAURÍCIO ARAÚJO
PREFEITO MUNICIPAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Res. Presidente: Vargem, 202 - Fone: (41) 3142.1193 - CEP: 99.475-000 - Itambacará - PR

RESOLUÇÃO Nº 01/2014
O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.312/2010 Considerando:
A plenária realizada dia 31/01/2014

Resolve:
Art. 1º Aprova o Convênio entre o Lar São Vicente de Paulo e a Prefeitura Municipal, de acordo com os termos apresentados
Art. 2º - Essa Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.
Sala de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em 31/01/2014.

APARECIDA IVONE FREIREIRA MUNHOZ
PRESIDENTE DO CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Res. Presidente: Vargem, 202 - Fone: (41) 3142.1193 - CEP: 99.475-000 - Itambacará - PR

RESOLUÇÃO Nº 02/2014
O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.312/2010 Considerando:
A plenária realizada no dia 31 de Janeiro.

Resolve:
Art. 1º Aprovar o Plano de Aplicação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Itambacará, 31 de Janeiro de 2014.

APARECIDA IVONE FREIREIRA MUNHOZ
PRESIDENTE DO CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
ESTADO DO PARANÁ

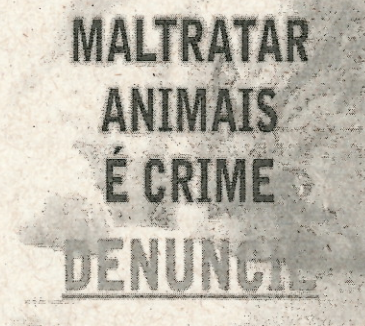
DECRETO Nº 3.526/2014
AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambacará, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica exonerada a pedido a funcionária concursada Laura Moreira de Souza, do cargo de Assistente Social, habilitada pelo Concurso Público da Prefeitura Municipal de Itambacará nº 001/2011, a partir de 06 de fevereiro de 2014.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogados as disposições em contrário.
Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 05 DE FEVEREIRO DE 2014.

AMARILDO TOSTES
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 007/2014
AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambacará, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONCEDE:
Art. 1º - Ao Senhor Polebran Francilino da Costa, Pedreiro, funcionário concursado do Quadro Próprio da Prefeitura Municipal de Itambacará, admitido em 01 de março de 1994, Licença por 03 (três) meses de acordo com o disposto no Artigo nº 139 da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 15 de Janeiro de 2014, revogados as disposições em contrário.
Art. 3º - Registre-se e publique-se.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 20 DE JANEIRO DE 2014.

AMARILDO TOSTES
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA N.º 311/2014.
Súmula: Rescindir, por pedido de dispensa, o contrato de trabalho do servidor Reginaldo Marcos Diniz, / O Prefeito Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando os termos do protocolado sob n.º 000212/2014.

Resolve:
Art. 1º - Rescindir, por pedido de dispensa, a partir de 12 de fevereiro de 2014, o contrato de trabalho do servidor municipal Reginaldo Marcos Diniz, portador da CTPS n.º 48004 - 173/SP, ocupante do emprego público de Vigia.
Art. 2º - Publique-se e arquivar-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 12 de fevereiro de 2014.

GERALDO MAURÍCIO ARAÚJO
PREFEITO MUNICIPAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Res. Presidente: Vargem, 202 - Fone: (41) 3142.1193 - CEP: 99.475-000 - Itambacará - PR

RESOLUÇÃO Nº 03/2014
O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.312/2010 Considerando:
A plenária realizada no dia 31 de Janeiro.

Resolve:
Art. 1º Aprovar a reprogramação de saldos dos recursos oriundos de 2013 para serem utilizados em 2014, no mesmo nível de proteção.
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Itambacará, 31 de Janeiro de 2014.

APARECIDA IVONE FREIREIRA MUNHOZ
PRESIDENTE DO CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
ITAMBARACÁ-PR
Res. Presidente: Vargem, 202 - Fone: (41) 3142.1193 - CEP: 99.475-000 - Itambacará - PR

RESOLUÇÃO Nº 01/2014
O Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA no uso das atribuições que lhe confere a lei 8069/90 e a Lei Municipal nº 1.234/09 Considerando:
A plenária realizada no dia 15 de Janeiro.

Resolve:
Art. 1º Aprovar o Plano de Aplicação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Itambacará, 15 de Janeiro de 2014.

ANDRÉIA SOARES ALEXANDRE
PRESIDENTE DO CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
ITAMBARACÁ-PR
Res. Presidente: Vargem, 202 - Fone: (41) 3142.1193 - CEP: 99.475-000 - Itambacará - PR

RESOLUÇÃO Nº 02/2014
O Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA no uso das atribuições que lhe confere a lei 8069/90 e a Lei Municipal nº 1.234/09 Considerando:
A plenária realizada no dia 15 de Janeiro.

Resolve:
Art. 1º Aprovar a reprogramação de saldos dos recursos oriundos de 2013 para serem utilizados em 2014, no mesmo nível de proteção.
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Itambacará, 15 de Janeiro de 2014.

ANDRÉIA SOARES ALEXANDRE
PRESIDENTE DO CMDCA

Câmara Municipal de Itambacará
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 001/2014
Francisco Sanches Filho, Presidente da Câmara Municipal de Itambacará, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Resolve:
Art. 1º - Nomear para compor a Comissão para Recebimento de bens Adquiridos pela Câmara Municipal de Itambacará, Estado do Paraná, no exercício de 2014, os vereadores Aparecido Roberto Garcia - Presidente - Cláudio Ossamu Kohata e Marcos Patti - Membros.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Edifício da Câmara Municipal de Itambacará, em 11 de fevereiro de 2014.

FRANCISCO SANCHES FILHO
PRESIDENTE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE PIONEIRO - CISNORPI
CNPJ: 00.476.612/0001-55

AVISO DE LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014
O CISNORPI comunica aos interessados que realizará Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Tipo: Menor preço - POR LOTE. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material de expediente, mediante o sistema de Registro de Preços. A sessão será realizada na sala de reuniões do Cisnorpi, Rua Paraná nº 1261, Centro, em Jacareizinho, Paraná, dia 25/02/2014, credenciamento a partir das 13h30min, Sessão às 14h00min. Para maiores informações, favor entrar em contato através do e-mail licitacoes@cisnorpi.com.br, telefone/fax (43) 3511-1800, ou na sede do CISNORPI - Jacareizinho, 12 de fevereiro de 2012.

Luan Augusto Lima Pereira
Pregeiro Suplente

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE PIONEIRO - CISNORPI
CNPJ: 00.476.612/0001-55

AVISO DE LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014
O CISNORPI comunica aos interessados que realizará Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Tipo: Menor preço - POR LOTE. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios e materiais de limpeza e higiene, mediante o sistema de Registro de Preços. A sessão será realizada na sala de reuniões do Cisnorpi, Rua Paraná nº 1261, Centro, em Jacareizinho, Paraná, dia 26/02/2014, credenciamento a partir das 13h30min, Sessão às 14h00min. Para maiores informações, favor entrar em contato através do e-mail licitacoes@cisnorpi.com.br, telefone/fax (43) 3511-1800, ou na sede do CISNORPI - Jacareizinho, 12 de fevereiro de 2012.

Luan Augusto Lima Pereira
Pregeiro Suplente

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
SAAE DE RIBEIRÃO CLARO - PR

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2014
CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
CONTRATADA: TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná - CNPJ/MF n.º 77.964.393/0001-88
OBJETO: contratação da empresa TECPAR (Instituto de Tecnologia do Paraná), para realização de 04 (quatro) análises físicos/químicos de água tratada na E.T.A. urbana e no Distrito Administrativo Cachoeria do Espírito Santo para atender o Anexo VIII e Anexo X da Portaria n.º 2914/11 do Ministério da Saúde.

VALOR: R\$ 4.092,00 (quatro mil e noventa e dois reais).
VIGÊNCIA: 12/02/2014 a 31/12/2014
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 11001 - 17.512.0017.2081 - 3.3.90.30.00.00 - Fonte 1.0076 Recursos Próprio Ribeirão Claro, 12 de fevereiro de 2014.

FRANCISCO CARLOS MOLINI - DIRETOR DO SAAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 145/2013 - (PMRC)
TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2013 - (PMRC)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - ESTADO DO PARANÁ
CNPJ/MF: 75.449.579/0001-73
CONTRATADO: NETUNO ENGENHARIA LTDA.
CNPJ/MF: 08.828.924/0001-92

OBJETO: A contratação de empresa de construção civil, para construção de uma unidade básica de saúde - UBS, do programa de qualificação de atenção primária (APSUS), nos termos do convênio nº 037/2013 - FUNSAÚDE, neste município.
VIGÊNCIA: 10 de Fevereiro de 2014 a 05 de agosto de 2014
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, § 1º da Lei Federal 8.666/93.
ASSINATURA: 06 de Fevereiro de 2014.
FORO: Ribeirão Claro, Estado do Paraná.
Ribeirão Claro, 06 de Fevereiro de 2014.

GERALDO MAURÍCIO ARAÚJO
PREFEITO MUNICIPAL

Câmara Municipal de Itambacará
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 003/2014
FRANCISCO SANCHES FILHO, Presidente da Câmara Municipal de Itambacará, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

Resolve:
Art. 1º - Conceder meia (1/2) diária ao Contador deste Poder Legislativo Municipal, o Senhor Takemitsu Hashiguti, para participação no Curso SIM-AM e SCP 5.50, no dia 19 de fevereiro de 2014, na cidade de Londrina - PR.
Art. 2º - Cumpra-se e publique-se.
Sala da Presidência da Câmara Municipal de Itambacará, em 11 de fevereiro de 2014.

FRANCISCO SANCHES FILHO
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Itambacará
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 002/2014
Francisco Sanches Filho, Presidente da Câmara Municipal de Itambacará, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Resolve:
Art. 1º - Designar os membros FERNANDA REGINA ZANATA, APARECIDO PEREIRA DE SOUZA e TAKEMITSU HASHIGUTI, sob a Presidência do primeiro e a Secretaria do segundo, para comporem a Comissão de Licitação para a abertura e julgamento das propostas referentes a Licitações Públicas da Câmara Municipal no exercício de 2014.
Art. 2º - Registre-se, publique-se e cumpra.
Edifício da Câmara Municipal de Itambacará, em 11 de fevereiro de 2014.

FRANCISCO SANCHES FILHO
PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE RESULTADO PREGÃO
Licitação Modalidade: Pregão Presencial SRP nº 005/2014; Proc. Administrativo: nº 007/2014. Objeto: Prestação de Serviços de conserto, montagem, alinhamento e balanceamento de pneus, para manutenção dos veículos da Frota Municipal. O Município de Itambacará torna público o resultado final referente a Licitação em epígrafe. EMPRESA VENCEDORA: Rodrigo Nicácio de Oliveira CNPJ: 13.900.653/0001-79, com valor total de R\$ 36.520,00 (trinta e seis mil quinhentos e vinte reais). Itambacará Pr, 12 de fevereiro de 2014.

AMARILDO TOSTES
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE JACAREZINHO
ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 4.277/2014
O PREFEITO MUNICIPAL DE JACAREZINHO Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Complementar nº 39/2009, de 31.08.2009, DECRETA:
Art. 1º Fica exonerado do cargo de Chefe de Divisão de Secretaria do Pólo da Universidade Aberta do Brasil - CCB Mauro Tarento, a contar de 13 de janeiro de 2014.
Art. 2º - Registre-se e cumpra-se o Decreto nº 3700/2013 de 16 de fevereiro de 2013, Palácio São Sebastião, Gabinete do Prefeito Municipal de Jacareizinho, em 14 de janeiro de 2014.

Sergio Eduardo Emygdio de Faria
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JACAREZINHO
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2014
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma do que determina a Lei Federal nº 11.947/2009 e o art. 18 da Resolução nº 038/2009 do FNDE torna público a Chamada Pública 001/2014, no dia 28 de fevereiro de 2014, às 16:00 horas, com objetivo a formação de Registro de preço para AQUISIÇÃO DIRETA DE FRUTAS, LEGUMES, VERDURAS E PÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA EMELIS E EMERFS, com recursos originários do FNDE - Programa Nacional da Merenda Escolar. O Instrumento Convocatório contendo maiores informações encontra-se a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, sito na Rua Coronel Bólisla, nº 335, Centro, CEP: 85400-000, Jacareizinho-PR, ou pelo e-mail licitacao@jacareizinho.pr.gov.br. Em 12 de fevereiro de 2014.

SERGIO EDUARDO EMYGDIO DE FÁRIA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JACAREZINHO
ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE CANCELAMENTO
Declaramos que as devidas fins que o Termo de Convênio 07/2013 publicado na edição nº1333 do Jornal Paraná do Norte do dia 12 de fevereiro de 2014, já foi executado ao anterior e autificado erroneamente na referida data.

Sergio Eduardo Emygdio de Faria
Prefeito Municipal